

**PROGRAMA DE ENSINO
MESTRADO E DOUTORADO EM DIREITO**

CURSO:	(X) - MESTRADO EM DIREITO	Ano Letivo: 2023/02
	() - DOUTORADO EM DIREITO	
DISCIPLINA:	ESTADO, DIREITO E RELAÇÕES EMPRESARIAIS	
CARGA HORÁRIA:	45	CRÉDITOS: 03
TURMA(S):	2023/02	
PROFESSOR(A):	JONATAHN BARROS VITA	
ASSISTENTE:		
DATA DAS AULAS:	DE 31/08/2023 a 15/12/2023	

1. EMENTA:

O Estado e sua evolução. O desenvolvimento do mercantilismo, da produção industrial de massa e da sociedade de serviços. A problemática do avanço da tecnologia e da informação e suas contribuições para o desenvolvimento das atividades econômicas. A visão de Estado e a ordem econômica constitucional. A ordem jurídica, o direito econômico e as relações empresárias. As fontes e regras do Direito da Economia ou Direito Econômico. As empresas como agentes econômicos. Os aspectos jurídicos e econômicos pertinentes ao papel do Estado para o desenvolvimento: - como agente direto das atividades empresariais; - como agente indutor de desenvolvimento, - como regulador e fiscalizador. Aspectos jurídicos pertinentes as empresas como agentes econômicos e sua função social no processo de desenvolvimento. A ordem econômica regional e internacional. A importância do contrato como instrumento de desenvolvimento e justiça social. Os empreendimentos econômicos e as mudanças sociais para o Século XXI.

2. OBJETIVOS EDUCACIONAIS:

2.1 Objetivos Gerais

- Desenvolver potencialidades para identificar os reflexos dos modelos de estado e governo brasileiros na ordem econômica e social a partir das normas constitucionais

2.2 Objetivos Específicos

- Expor as relações entre o Direito Constitucional, Ciência Política e Ciência Econômica para a interpretação constitucional (interdisciplinariedade);
- Identificar os reflexos dos modelos de estado e de governo na atividade econômica, com especificidade para a área empresarial;
- Buscar elementos de interpretação constitucional tendo em vista a realidade econômica, empresarial e social do Brasil.

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Aula 01

Apresentação do curso e delimitação do sistema de referência

Aula 02

Constructivismo Lógico-Semântico

Law and Economics

Aula 03

Apresentação dos trabalhos

Aula 04

Apresentação dos trabalhos

4. PROCEDIMENTOS – RECURSOS – AVALIAÇÃO:

4.1 - Procedimentos Didáticos:

Aulas expositivas, dinâmicas de grupo com questionário e oficinas e apresentações de trabalho

4.2 - Recursos:

- Leituras de bibliografias recomendadas
- Notas de aula (quando necessário)
- Respostas aos questionários
- Debates sobre os questionários
- Oficinas de trabalho sobre os artigos

4.2. Avaliação

4.2.1. Apresentação do artigo e participação nas aulas (valor = 2,0)

Trabalho individual com apresentação em Power point por 10-15 minutos

Participação dos alunos nas aulas e apresentações com perguntas e observações em relação aos trabalhos dos colegas, às discussões dos questionários em sala e na oficina de trabalhos.

4.2.2. Artigo científico (valor = 5,0)

4.2.2.1. Versão preliminar artigo científico

Deve ser enviada ser enviado no grupo de WhatsApp da disciplina até às 23:59 do dia 22/06//2022 uma versão preliminar do artigo, com os mesmos requisitos formais da versão do item 4.2.2.2.

Importante ressaltar que a não entrega da versão preliminar comporta perda de 2 pontos na nota.

4.2.2.2. Versão final artigo científico

Artigo científico escrito seguindo as regras da ABNT com 15-20 páginas de conteúdo a ser enviado no grupo de WhatsApp da disciplina até as 23:59 do dia 10/08/2022, devendo conter: Resumo e abstract com respectivas palavras-chave e key-words, sumário, introdução, desenvolvimento em mais de um capítulo (com subitens), conclusões sintéticas e numeradas e bibliografia.

4.2.3. Questionários (valor = 3,0 (1,5 ponto por questionário))

Cada questionário terá 4 questões dissertativas que tratarão dos temas correspondentes às leituras recomendadas para as respectivas aulas e deverão ser enviados tema no grupo de WhatsApp.

5. BIBLIOGRAFIAS:

5.1 – Bibliografia básica:

5.1. OBRAS INTERNACIONAIS:

1. ALCHOURRÓN, Carlos E.; BULYGIN, Eugenio. Análisis lógico y Derecho. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1991.
2. BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
3. CASTANHEIRA NEVES, A. Metodologia Jurídica: problemas fundamentais. Coimbra: Coimbra Editora, 1993.
4. ECO, Umberto. Como se faz uma Tese em Ciências Humanas. Trad. de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.
5. GADAMER, Hans-Georg. [Wahrheit und methode]. Verdade e método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1999.
6. ECHAVE, Delia Tereza; URQUIJO, Maria Eugenia; GUIBOURG, Ricardo. Lógica, proposición y norma. Buenos Aires: Astrea, 1991.
7. HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia: entre faticidade e validade. Vol.I. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

8. POSNER, Richard A. Economic Analysis of Law. 9a ed. New York: Wolters Kluwer, 2014.
9. KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. 6ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
10. LARENZ, Karl. Metodologia da Ciência do Direito. 3ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
11. LUHMANN, Niklas. O Direito da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
12. NICOLESCU, Basarab. O manifesto da transdisciplinariedade. 3ª ed. São Paulo: TRIOM, 2008.
13. ROBLES, Gregório. O direito como texto: quatro estudos de teoria comunicacional do direito. Barueri – SP: Manole, 2005.
14. ROEMER, Andrés. Derecho y economía: una revisión de la literatura. Cidade do México: ITAM, 2000.
15. TEUBNER, Gunther. O direito como sistema autopoiético. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

5.2. OBRAS NACIONAIS:

1. CALIENDO, Paulo. Direito tributário e análise econômica do direito: uma visão crítica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
2. CARVALHO, Cristiano Rosa de. Teoria do sistema jurídico: direito, economia, tributação. São Paulo: Ed. Quartier Latin, 2005.
3. CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário: linguagem e método. 6ª edição. São Paulo: Noeses, 2015.
4. GUERRA FILHO, Willis. Introdução à filosofia e à epistemologia jurídica. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.
5. NEVES, Marcelo da Costa Pinto. Transconstitucionalismo. São Paulo, Martins Fontes, 2009.
6. OLIVEIRA, Manfredo A. de. Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea. 3ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
7. STEIN, Ernildo; STRECK, Lênio. Hermenêutica e Epistemologia. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.
8. VITA, Jonathan Barros. Teoria Geral do Direito: Direito Internacional e Direito Tributário. São Paulo: Quartier Latin 2011.
9. WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução ao pensamento jurídico crítico. São Paulo: Ed. Saraiva, 2001.
10. ZYLBERSZTAJN, Décio; STAJN, Rachel. Direito e economia: análise econômica do direito e das organizações. Rio de Janeiro: Campus juridico, 2005.


5.3. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. ATIENZA, Manuel. As Razões do Direito. Tradução de Maria Cristina Guimarães Cupertino. 3ª. ed. São Paulo: Landy Livraria Editora, 2006.
2. CANOTILHO, J.J. G. Direito Constitucional. 6ª ed. Coimbra: Almedina, 1993.
3. CARVALHO, Aurora Tomazini de. Curso de Teoria Geral do Direito: O Constructivismo Lógico-Semântico. 5a ed. São Paulo: Noeses, 2016.
4. DWORKIN, Ronald O Império do Direito. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
5. FLUSSER, Vilém. Língua e Realidade. 3ª Ed. São Paulo: Annablume, 2007.
6. GUERRA FILHO, Willis. Teoria da Ciência Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2001.
7. HOMEM, Antonio Pedro Barbas. História do Pensamento Jurídico. Coimbra: Coimbra Editora, 2003.
8. NIETO, Alejandro. Crítica de la Razón Jurídica. Madrid: Editorial Trotta, 2007.
9. PERELMAN, Chaïm. [Éthique et droit]. Ética e direito. Tradução de Maria Ermantina Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
10. POPPER, Karl. A lógica da pesquisa científica. São Paulo, Cultrix, 1993.

11. SCAVINO, Dardo. La filosofia actual: pensar sin certezas. Santiago del Estero: Paidós Postales, 1999.
12. STRECK, Lênio Luiz. Verdade e Consenso: constituição, hermenêutica e teorias discursivas. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
13. TEUBNER, Gunther (ed.). Global Law Without a State. Brookfield: Dartmouth 1997, p. 3-28.
14. TIMM, Luciano Benetti. O novo direito civil. 1. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.
15. VILANOVA, Lourival. Causalidade e relação no direito. São Paulo: Saraiva, 1989.
16. VITA, Jonathan Barros. (Re)definindo o conceito de encargo financeiro no âmbito do artigo 166 do CTN. In: Revista de Direito Internacional Econômico e Tributário. Brasília: Fortium, , V. 6, nº 2, jul-dez 2011, p. 191-211.
17. VITA, Jonathan Barros. Os processos administrativo e judicial e a matéria tributária na geografia do sistema jurídico. In: Contencioso administrativo tributário: questões polemicas. Coordenador: Alessandro Rostagno. São Paulo: Noeses, p. 263-284, 2011. (ISBN 978-85-99349-45-8)
18. VITA, Jonathan Barros. Teoria geral das normas antielisivas: (re)definição e classificação. In: Direito tributário: homenagem a Hugo de Brito Machado. Org. André Elali. São Paulo: Quartier Latin, p. 97-130, 2011. (ISBN 85-7674-531-3)
19. VITA, Jonathan Barros. Definindo conceitos no plano constitucional: possibilidades semióticas. In: Direito Constitucional contemporâneo: homenagem ao professor Michel Temer. Coord. Newton de Lucca; Mariana Barboza Baeta Neves; e Samantha Ribeiro Meyer-Pflug. São Paulo: Quartier Latin, p. 331-341, 2012. (ISBN 857674610-7)
20. WEBER, Max. Metodologia das Ciências Sociais (Partes 1 e 2), São Paulo: Cortez, 2001.
21. ZULETA, Hugo R. Normas y justificación: una investigación lógica. Barcelona: Marcial Pons, 2008.

Marília, 24 de julho de 2023.

Assinatura

Coordenador(a) do Curso: 

Aprovado pela Subcomissão do Curso em: 24/07/2023